

A prioridade do trabalho estudantil e a organização dos jovens no Bloco

Nos quatro anos da anterior governação do PS, a Educação em geral constituiu o ponto fulcral da governação de José Sócrates. Os inúmeros ataques ao sistema educativo, desde o Ensino Básico até ao Superior, provocaram protestos de todos os envolvidos – salientam-se as grandes manifestações de professores, mas também alguns episódios de protesto estudantil que, apesar de reduzido, permitiu a muitos jovens ganhar experiência de reivindicação e de participação em movimentos organizados. Estes protestos, contra um sistema injusto, autoritário e destruidor da concepção de Ensino como Serviço Público, puseram a nu as fragilidades duma Ministra distante, e de um Governo indiferente.

Na última Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda tomou-se a decisão de orientar o trabalho dos jovens para o activismo nas suas escolas e faculdades, à semelhança da orientação dada pela Moção aprovada na VI Convenção do BE.

Esta decisão parte da constatação do papel histórico fundamental dos movimentos estudantis na contestação e ruptura de regimes autoritários, na luta pela democracia e na reivindicação de um mundo mais justo e igualitário. A nosso ver, esta estratégia é correcta, na medida em que a consolidação do movimento estudantil é fundamental para a politização dos jovens e sua capacitação enquanto agentes interventivos na sociedade. Um movimento estudantil forte é uma garantia de jovens mais reivindicativos e com maior capacidade de luta em todas as áreas da sua vida – desde a defesa dos seus direitos de trabalhadores, à luta contra as guerras, ou à luta por uma sociedade mais sustentável.

No actual quadro legislativo, com um Governo fragilizado, a necessitar de piscar o olho à esquerda e à direita abre-se uma oportunidade de organização do movimento estudantil, que levante de novo as bandeiras de um Ensino Público, Universal, Gratuito e de Qualidade, em busca de maiorias sociais que forcem as políticas nesse sentido.

O limbo dos jovens no Bloco de Esquerda

No Bloco sempre foi relativamente consensual a rejeição de uma estrutura de jovens independente replicando as “Jotas” de outros partidos. Subscrevemos esta posição por considerarmos que uma “Jota” parte de uma perspectiva paternalista sobre o trabalho político dos jovens – separando-os num espaço próprio de decisão e intervenção onde deverão aprender “como se faz” antes de intervirem na vida do partido. Além disso, consideramos fundamental que os jovens tenham um papel político activo dentro do partido, trazendo as questões com que se confrontam para dentro da organização, em vez de as discutirem à parte. Só assim é possível definir uma acção política que tenha em conta diversas realidades e diferentes reivindicações e que assuma como suas todas as questões, em vez de colocar na organização juvenil questões ditas “fracturantes” ou questões “de jovens”, como sejam a luta pelos direitos LGBT ou as questões ambientais.

No entanto, esta opção por um trabalho integrado dos jovens no partido, coloca algumas questões a que é necessário dar resposta.

A primeira prende-se com a existência de questões exclusivamente juvenis. Se é verdade que muitas vezes têm sido os jovens a assumir bandeiras como a sustentabilidade ambiental, os direitos LGBT, a precariedade ou a habitação, a verdade é que estas são questões transversais a toda a sociedade. Particularmente, apesar de a precariedade incidir mais sobre os jovens, há cada vez mais adultos em condições de trabalho precário. De modo inverso, a luta estudantil não é a luta de todos os jovens, já que há uma boa parte de jovens que não é estudante e, como tal, não conhece nem se identifica com os mesmos problemas. As questões estudantis prendem-se com a realidade de quem vive e trabalha nas escolas e que sofre problemas de natureza muito específica. **Assim, não é de todo óbvio que haja “temas” essencialmente juvenis – os diversos activismos partem de contextos diversos e de realidades de trabalho distintas.**

A segunda questão prende-se com a necessidade de espaços de integração/convívio/discussão exclusivamente de jovens dentro do BE. Verifica-se, em geral, uma grande dificuldade por parte das estruturas do BE em integrar jovens militantes e em mobilizá-los para o activismo. Além disso, os jovens sentem a necessidade de espaços onde possam discutir e levantar questões entre pessoas da sua faixa etária.

As estruturas de Jovens, que actualmente se cingem às Coordenadoras e às raras Assembleias que estas convocam, têm assim funcionado numa espécie de limbo entre uma estrutura do estilo de uma “Jota” e a inexistência de espaços de jovens. Consideramos que este modelo de organização, apesar da prioridade dada recentemente ao activismo nas

escolas, coloca os jovens do BE numa situação de indefinição dentro da organização. As estruturas de jovens, continuam a ser os espaços privilegiados de recepção e integração de novos militantes jovens, sejam eles estudantes ou não. Aos jovens que não queiram fazer trabalho de escola porque trabalham, ou porque preferem outro tipo de activismo, restam poucos espaços de intervenção e os que existem, em geral, não estão preparados para integrar os jovens militantes. Assim, as Coordenadoras acabam por ter de responder também a outras formas de activismo, o que as afasta, necessariamente, duma dedicação exclusiva ao trabalho estudantil tornando-o difuso.

O trabalho nas escolas é um trabalho que exige muito da parte de quem o faz. Exige tempo para dedicar às escolas, para se conhecer a sua realidade específica e saber identificar as maiores fragilidades sentidas pelos estudantes; exige reflexão, uma reflexão profunda que não se reduza à repetição dos chavões que grassam na história do movimento estudantil, mas sim que consiga marcar uma agenda política, e alertar para novas questões; exige capacidade de mobilização e de atracção dos jovens para causas comuns, no sentido de alargar o movimento, e garantir a sua sustentação.

Por concordarmos com a necessidade de promover o activismo estudantil, consideramos que é urgente criar Grupos de Trabalho Estudantis, de Ensino Secundário e de Ensino Superior, que permitam aos activistas que trabalham nas suas escolas trocar experiências e discutir aprofundadamente a política para o Ensino. Além disso, a política do Bloco para a educação tem sido, maioritariamente, a política dos professores para a educação, e verifica-se uma incapacidade por parte dos jovens estudantes de marcar a agenda política do Bloco com as suas próprias reivindicações ou mesmo de definir quais as reivindicações prioritárias num determinado contexto. A criação de Grupos de Trabalho Estudantis tem ainda a vantagem de clarificar a linha de acção dos jovens que neles participam.

Isto implica, naturalmente, uma maior responsabilização do Bloco em assegurar espaços para outros activismos, nomeadamente na criação de outros grupos de trabalho temáticos ou de alargamento dos já existentes, e em promover uma real integração dos militantes jovens nos mesmos. Assim, os jovens que se interessem por outras áreas de activismo participam activamente em organizações temáticas, em conjunto com todos os militantes do Bloco que partilhem da mesma vontade, sem quaisquer restrições etárias. Acreditamos que esta forma de participação na vida do BE promove uma maior emancipação dos jovens, estimula a sua politização e permite-lhes ganhar perspectiva histórica sobre diversas questões.

Reconhecemos, no entanto, a necessidade de espaços de convívio e de encontro dos jovens militantes do Bloco e de aproximação de jovens simpatizantes. A aposta no alargamento do Bloco junto dos estudantes deve ser assumida na totalidade pelo Bloco, como forma de garantir a renovação de quadros e a sua implantação junto dos jovens. Assim, a organização de eventos para jovens (como festas, acampamento, concertos, debates) deve ser assumida como fundamental pelas estruturas centrais, distritais e concelhias. As estruturas centrais devem ainda assumir a responsabilidade de promover campanhas temáticas em conjunto com os Grupos de Trabalho do Ensino Secundário e do Ensino Superior, sempre que estas sejam necessárias.

Sabemos da dificuldade em assumir o fracasso destas estruturas, às quais tantos de nós se têm dedicado com tanto empenho nos últimos tempos. Sabemos também quanto estas estruturas têm desgastado muitos dos nossos activistas, retirando-lhes força e vontade para a acção política. Como o Bloco é ainda um partido em movimento, é muito natural que determinadas realidades que num determinado tempo fizeram sentido, e foram responsáveis por grandes vitórias políticas, sejam agora “forças de bloqueio” para o activismo, que se foi transformando, que tem novas exigências, e que nos envia sinais de urgente necessidade de mudança.

Acreditamos que este modelo de organização se adequa melhor à realidade dos jovens que fazem parte do Bloco de Esquerda e à perspectiva do Bloco sobre a juventude. Acreditamos também que consegue resolver algumas falhas ou indefinições que se têm verificado no trabalho dos jovens do Bloco. Revemo-nos politicamente nas decisões tomadas na última Convenção e na última Conferência de Jovens, mas entendemos que a reflexão sobre o modelo de organização deve ser aprofundado. Por não concordarmos com a existência de uma Coordenadora de Jovens de Lisboa, não apresentamos lista, mas apoiaremos todas as iniciativas no sentido da criação de grupos de trabalho estudantis.

Ana Bastos
Margarida Santos

Rosa Félix
Tiago Ivo Cruz